



Carta Aberta à População

Qualidade dos serviços públicos! Esta é a nossa luta!

Crianças e jovens da escola pública sem ensino de qualidade; consultas e exames médicos agendados com mais de seis meses de prazo; cidadãos sem acesso a saneamento básico e à mercê do crime organizado; ônibus, trens e metrô lotados; e lentidão no trânsito por toda a cidade. Esta é a situação em que se encontra o Estado de São Paulo!

Para que a população tenha garantida a qualidade da prestação de serviços de transporte, saúde, educação, saneamento básico, segurança etc, é fundamental que os trabalhadores sejam valorizados, recebam salários decentes e tenham garantidos os direitos que lhes são devidos.

Isso não é novidade, mas o governo Serra ainda não se deu conta de que o descaso com que

vem tratando os trabalhadores do setor público só compromete a prestação dos serviços à população.

Enquanto não houver investimentos na promoção da saúde, o povo continuará doente; na educação, o povo continuará semi-analfabeto, submetido ao desemprego e à violência; no transporte público, o trânsito continuará matando as pessoas e os cidadãos continuarão sendo

transportados “feito sardinha” nos ônibus, trens e metrô.

Não à privatização do Metrô!

Já está comprovado que o Metrô tem que ser público e estatal! Está sendo muito mal sucedida a experiência de privatização da Linha 4, que faz com que um serviço público sirva de instrumento de lucro para grandes empresas privadas.

Os metroviários sempre

garantiram um transporte com rapidez e segurança, pois são qualificados e treinados para prestar este serviço como a população merece. Diferentemente do que o governo Serra afirma, estes trabalhadores empenham-se pela manutenção da qualidade do serviço que prestam, e continuarão mobilizados por mais uma causa coletiva, de toda a população.

Metroviários lutam por seus direitos

Amparados pela legislação federal, há dez anos os metroviários têm participação nos resultados negociada, anualmente, e distribuída de forma igual entre todos. A greve dos dias 2 e 3 de agosto foi deflagrada porque o governo Serra e o Metrô querem impor a distribuição de forma desigual, beneficiando os salários mais altos.

Em um país que luta contra a concentração de renda, o Sindicato e a categoria procuraram dar seu exemplo.

No entanto, com rapidez, truculência e arbitrariedade, o governo Serra mandou a sua resposta: demitiu 61 metroviários, em média com 15 anos de casa, alegando que os mesmos não prestam bons serviços. O objetivo foi colocar a população contra os metroviários, que sempre prestaram um serviço de qualidade,

e amedrontar os demais trabalhadores, que lutam através de seus sindicatos por melhores condições de trabalho.

Por meio da interpretação elitista da legislação que trata sobre o direito de greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também deu a sua contribuição para conter o desenvolvimento das lutas sindicais por melhores salários e contra as péssimas condições de trabalho, julgando a greve abusiva e aplicando uma multa milionária ao Sindicato da categoria, sem sequer julgar o direito dos metroviários à Participação nos Resultados.

O Sindicato dos Metroviários de SP e a categoria não se renderão a estas retaliações e continuarão lutando de todas as formas para reverter todas as demissões de dirigentes sindicais e trabalhadores que lutam pelos direitos de cada brasileiro.

Em defesa do direito de greve!

Há uma onda nacional de criminalização dos movimentos sociais que vem tentando calar os trabalhadores e enfraquecer os movimentos populares, para exterminar as lutas pela garantia dos direitos trabalhistas, pela qualidade da prestação de serviços públicos, bem como para sufocar os movimentos de luta por terra, moradia etc.

Como exemplo, podemos citar a prisão arbitrária dos controladores de voo, a agressão covarde da PM de São Paulo aos trabalhadores da Cosipa e a demissão truculenta dos metroviários que participaram de uma greve pela garantia de seus direitos.

Por outro lado, está em curso

no governo Federal e no Congresso Nacional, com apoio dos Estados, a proposição de projetos de leis que, na prática, e se aprovados, proibirão a realização da greve, tirando dos trabalhadores a garantia de usar este instrumento para defender não só seus direitos, mas também resistir a investidas que prejudicam toda a população – assim foi a greve dos metroviários contra a derrubada do veto à emenda 3, em 23/4/07, que acabaria com a carteira de trabalho para todos os brasileiros.

**Não se deixe enganar.
Procure e participe das ações
de seu sindicato e fortaleça a
luta geral.**

Assinam esta carta aberta as seguintes entidades:

Central Única dos Trabalhadores - CUT, Intersindical, Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas, Federação Nacional dos Metroviários, Sindicato dos Metroviários de SP, Apeoesp, Sindicato dos Bancários de SP, Sindicato dos Químicos Unificados, Sindicato dos Eletricistas de SP, Sintaema, Sinratel, Sinsprev, Sintrajud, Sindicato dos Vidreiros, Sindicato dos Marceneiros de SP, Sinergia/CUT, Sindicato dos Farmacêuticos SP, Sindicato dos Médicos de SP, Sifuspesp, Sindalesp, SinproGuarulhos, Sitraemfa, Sind. Trab. Economia Informal, Associação dos Servidores do HC.

**ATO
PÚBLICO**
17/8, às 16h

**Pela reintegração dos demitidos, em defesa do
serviço público e pela garantia do direito de greve.
Sexta-feira, na Praça Ramos de Azevedo.**